

Portugal HOJE

DIÁRIO DE GRANDE INFORMAÇÃO

Director João Gomes

Ano I / Número 313

Quinta-feira, 21 de Agosto de 1980

2.ª Edição

Preço 12\$50

Membro do influente Conselho Executivo

PORTUGUÊS ELEITO PARA O CONSELHO DAS IGREJAS

O reverendo José Leite, um cidadão português, pastor da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, acaba de ser eleito para o «Comité» Executivo do Conselho Mundial das Igrejas. Este organismo, que é uma das mais altas cúpulas do Movimento Ecumênico Internacional, integra 300

igrejas de mais de 100 países, incluindo as comunidades ortodoxas de Leste e as protestantes do Ocidente. Antigo presidente da Câmara da Figueira da Foz e militante do Partido Socialista, o reverendo José Leite foi eleito numa reunião do CMI, em Genebra. Pág. 24

Mário Soares ao «Diário 16»:

Carneiro pretende caetanismo sem colónias

O secretário-geral do PS, Mário Soares, criticou ontem em Madrid a recusa de Sá Carneiro em pedir um inquérito parlamentar acerca das acusações que lhe são movidas por um quotidiano próximo do PC.

Pág. 3

Quatro diplomatas soviéticos expulsos de Portugal

O Conselho de Ministros decidiu ontem expulsar do nosso país quatro diplomatas da Embaixada da União Soviética em Lisboa, sem que tivesse dado quaisquer explicações sobre a grave atitude. Trata-se da primeira atitude no género aplicada em Portugal depois do 25 de Abril. Invocando o artigo nono da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, o Executivo declarou «persona non grata» os funcionários soviéticos com a lacónica informação de que «se haviam intrometido nos assuntos internos portugueses». Os referidos diplomatas dispõem de cinco dias para abandonar Portugal. Contactada a Embaixada da URSS em Lisboa, ontem à noite, fomos informados de que não havia conhecimento naquela missão diplomática da decisão do Governo português, tendo o funcionário contactado manifestado a sua surpresa pela notícia. (Ver notícia na página 4)



Teresa Ambrósio: «A mulher portuguesa deve estar atenta»

No rescaldo da Conferência de Copenhaga

Quem tem medo da emancipação da mulher?

Na nossa edição de amanhã publicaremos uma importante entrevista com Teresa Ambrósio, deputada socialista e membro da Comissão Parlamentar da Condição Feminina e que, recentemente, esteve em Copenhaga como participante na Conferência da Década da Mulher, promovida pelas Nações Unidas.

Também sobre a emancipação da mulher inserimos hoje, nas páginas centrais, uma entrevista com Maria de Lurdes Pintasilgo.

Em formação uma nova polícia política?

Reina grande agitação na Polícia Judiciária, motivada por recentes promoções naquela instituição de agentes marcadamente conotados com a extrema-direita ao posto de subinspector, ignorando as indicações dos Conselhos de Polícia, órgãos democráticos do pós-25 de Abril. Mário Raposo, actual ministro da Justiça, lavrou a Lei respectiva e um júri constituído em grande parte por notórios direitistas fez o resto.

Pág. 5



O movimento operário polaco suscitou uma onda de solidariedade

Polónia: impasse na crise grevista

Governo recusa negociar com «comité» unitário

Pág. 15 e 24

Num comunicado de compromisso

CGTP torneou alçapão polaco

Um comunicado redigido com habilidade permitiu à CGTP-IN tornear as dificuldades internas que poderiam ter surgido a partir da posição tomada sobre o movimento grevista polaco. Na pág. 11 analisamos, com algum detalhe, a forma como a central sindical evitou ameaçar o equilíbrio entre as tendências existentes no seu seio.

MULHERES:

Uma das forças políticas mais importantes

A mulher de hoje está em vias de tomar, nas suas mãos, o futuro. Um futuro novo e diferente. Elaborado pelo todo humano. Sem lugar para o «eu» e o «outro» (através de mediações fictícias), repleto do «nós». Um futuro vivo.

As mulheres não querem este Mundo (feito à imagem e semelhança do homem e para o homem) para si. Mais do que isso, querem-no feito «a dois». Desejam que a existência (masculina ou feminina) singular dê lugar à vida plural.

Atestam-no os debates nas conferências das Nações Unidas (Copenhague), a da Nato (Estoril) e do Forum 80 (Copenhague) nas últimas semanas. As suas conclusões são bem claras a respeito deste novo estatuto de cidadão de pleno direito. Esperamos vê-las divulgadas, a nível nacional, brevemente. É um direito que assiste a todas as mulheres portuguesas.

Alterar o conceito de desenvolvimento a nível internacional; orientar, para as necessidades básicas e reais do ser humano, a máquina em que as mulheres se vêem (aos poucos) integradas; banir os sistemas educativos do tipo «supermercados do saber»; dar res-

P.H. — Sabendo-se ter ficado acordado na conferência do México, a realização de uma espécie de balanço da década, este ano, o que aconteceu agora em Copenhague, pergunto à engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo se nesta década da mulher, face ao programa de acção estabelecido, se conseguiram resultados e progressos?

M.L.P. — Sem dúvida. O progresso feito desde a Conferência do México, em 1975, até este ano, é, na verdade, impressionante. Situa-se, em meu entender, a dois níveis: ao nível institucional e ao nível social.

Ao nível institucional, verifica-se que praticamente em todos os países se constituíram grupos tendentes a modificar a legislação e a introduzir na vida prática condições mais favoráveis à situação das mulheres.

Ao nível social, deu-se entre as mulheres uma tomada de consciência que considero extremamente significativa.

P.H. — Como e em que medidas?

M.L.P. — Como mostram os documentos preparatórios da Conferência de Copenhague, as mulheres já não são hoje simples «objectos» da protecção dos respectivos governos. Estão elas próprias empenhadas na transformação das suas condições de vida.

A educação, o trabalho e a saúde — grandes temas debatidos em Copenhague — não são hoje, apenas, para as mulheres, terreno em que se processe a sua luta pela igualdade: são sectores para os quais elas contribuem decisivamente, propondo soluções novas, apresentando alternativas criadoras.

P.H. — Assim sendo, pode afirmar-se que há perspectivas de futuro optimistas?

M.L.P. — Sim e não. Globalmente, os números apresentados em Copenhague não são de modo algum encorajadores.

Sabemos que entre os 800 milhões de analfabetos, os 300 milhões de de-

sempregados e o quase bilião de seres humanos que vivem abaixo dos níveis de pobreza absoluta, a maioria são mulheres. E isso não nos pode deixar indiferentes.

Sabemos, também, que às mulheres cabem ainda hoje as tarefas mais duras e ignoradas da sociedade. Que as mulheres são, como o diz o relatório Brandt sobre as relações Norte/Sul, «estatisticamente invisíveis», mesmo quando a sua actividade laboral é contínua, como acontece nas pequenas explorações agrícolas de dimensão familiar.

P.H. — Mesmo assim mantêm-se optimista?

M.L.P. — Perante tudo isso, se mantenho um certo optimismo, é porque acredito na grande capacidade que as mulheres têm, de, uma vez despertas, inverter a marcha das coisas, introduzirem um novo rumo nos acontecimentos.

P.H. — Mas que novo rumo? Mesmo as mulheres que começam a penetrar nos meios de trabalho anteriormente vedados, sentem que algo lhes escapa e que não é esse o mercado que lhes interessa...

M.L.P. — É verdade! Até há pouco tempo pensava-se que a grande conquista das mulheres seria a sua entrada no chamado «mundo do trabalho»: o mundo das trocas económicas e monetárias, o mundo da produção de bens e de serviços, a troca de um salário.

Ora, a experiência tem vindo a mostrar que essa conquista, só por si, é ilusória.

Não é por venderem a sua força de trabalho que as mulheres passam a ter uma maior influência na sociedade. Os postos que lhes são atribuídos são, na grande maioria, postos subalternos, sem verdadeira capacidade de decisão.

Simultaneamente, as mulheres continuam a realizar as tarefas domésticas fundamentais, o que vem sobrecarregar ainda mais o seu horário de trabalho. É a tão falada «dupla tarefa», de que a economia monetária parece não se

dar conta...

O novo rumo de que eu falava não está tanto no reforço do mercado do trabalho pela entrada de mais e mais mulheres, mas no reconhecimento, na atribuição de valor, às tarefas e aos serviços de manutenção das infra-estruturas da vida social, que as mulheres, de múltiplas formas, vêm assegurando.

«As mulheres são capazes de inverter a marcha das coisas»

P.H. — Penso, no entanto, que há algo mais a

postas às necessidades da pessoa; preencher os lugares vazios da manutenção das estruturas como uma forma de emprego normal do mercado de trabalho; visar uma qualidade de vida; ser dona do seu destino — tudo isto não é um desejo provisório.

De há muito que a mulher se não define pela sua função de fêmea, se recusa ao «eterno feminino» e repudia «os panos quentes» para minorar a dupla tarefa de ser mãe/esposa e empregada. A mulher de hoje está disposta, não a inverter os papéis e instituir o «eterno masculino», mas a encontrar, lado a lado, de igual para igual, com o seu companheiro, as vias que levam a um futuro melhor. Para todos.

Maria de Lurdes Pintasilgo participou nas três reuniões internacionais referidas. Ela dispensa apresentações: com ou sem alvará governamental é uma das mulheres portuguesas que mais tem questionado, nacional e internacionalmente, os esquemas torcidos das relações (económicas, sociais, humanas, internacionais).

Da sua conversa conosco vos damos eco. Lamentando a limitação do espaço jornalístico que tem de ser sempre bem medido.

acrescentar a esse desejo legítimo, que é o da participação real e efectiva, por parte das mulheres, no desenvolvimento e nos seus projectos e planos. Há tentativas isoladas mas sem resultados palpáveis. O que pensa deste aspecto?

M.L.P. — De facto a contribuição das mulheres para o desenvolvimento tem-se manifestado — está a manifestar-se — de muitas maneiras: umas que eu considero negativas e outras positivas.

Considero negativo a pura e indiscriminada utilização das mulheres como reforço da mão-de-obra, a «promoção» que

consiste em fazer com que as mulheres executem tarefas que os homens já não querem realizar.

Cada vez que nos circuitos de produção se introduz uma modificação tecnológica importante — na agricultura, como na indústria, ou mesmo nos serviços — verifica-se que a tendência é a de reservar para as mulheres os sectores menos beneficiados.

As mulheres reforçam a máquina produtiva das sociedades industriais, mas não têm capacidade de pôr em causa a «orientação» dessa mesma máquina. Produzem porque é preciso produzir sempre mais. Mas, ninguém lhes pergunta se aquela pro-

dução é a que corresponde às suas necessidades. Ninguém quer saber quais são, verdadeiramente, essas necessidades.

P.H. — E então?

M.L.P. — Bem, esta situação foi claramente denunciada em Copenhague. As delegadas presentes, tanto na conferência oficial como no Forum, mostraram-se conscientes do logro que é falar-se da contribuição das mulheres, quando se trata de uma simples absorção por uma máquina poderosa, comandada por outros.

P.H. — Equacionada a questão, parece não restarem muitas alternativas: ou entrar na engrenagem de crescimento económico tal e qual e aproveitar o crescimento, ou recusá-lo e fazer outra espécie de opção. O que pensa disto e a que conclusões se chegou na conferência?

M.L.P. — Lendo os documentos de Copenhague, verifica-se, facilmente, que de facto as mulheres estão hoje numa encruzilhada de dois caminhos radicalmente diferentes.

Temos, por um lado, o caminho que supõe a continuidade do conceito de desenvolvimento tal como ele foi vivido nos anos 60-70: desenvolvimento que se baseia na ilusão dum crescimento económico constante, à custa de recursos inesgotáveis. Temos, por outro lado, um conceito de desenvolvimento que decorre, fundamentalmente, das necessidades das pessoas e da imaginação criadora capaz de encontrar os re-



Maria de Lurdes Pintasilgo: as mulheres estão hoje numa encruzilhada de dois caminhos radicalmente diferentes

cursores que venham satisfazer as necessidades.

P.H. — A questão está em saber qual dos dois caminhos as mulheres escolheram ou escolherão percorrer?

M.L.P. — Exactamente. Há hoje inúmeros sinais de que os movimentos de mulheres se orientam, decididamente, para a recusa dos modelos impostos pela pura lógica do crescimento económico, erigido em causa e finalidade de todo o desenvolvimento. As mulheres sabem, por experiência dolorosamente aprendida, que esses modelos não servem. Que é preciso procurar alternativas.

Dou-lhe apenas um exemplo: o das políticas de pleno emprego. Para quê inventar mais empregos para ocupar as pessoas, quando há tarefas fundamentais na sociedade que estão por realizar? Para quê levar as pessoas a su-

portar um trabalho de que não gostam e para o qual não vêm sentido, quando há necessidades básicas de manutenção social e de melhoria da qualidade de vida que estão por satisfazer?

P.H. — Temo-nos estado a referir sobretudo aos problemas de trabalho, sabendo que não são os únicos ou mesmo os mais importantes. Quer dizer-nos alguma coisa sobre os outros dois temas fundamentais da conferência de Copenhague?

M.L.P. — Em relação à educação e à saúde os problemas são exactamente os mesmos. Estão em jogo escolhas decisivas: ou as mulheres se acomodam aos caminhos tradicionais e aceitam reforçar o sistema existente — considerando-se satisfeitas com o acesso que em muitos casos já têm, a postos de relativa responsabilidade — ou optam por so-

luções novas e criadoras.

Face a sistemas de saúde de casa vez mais tecnicizados e burocratizados, não têm número as mulheres que propõem que os cuidados de saúde sejam humanizados, assumidos por todos os cidadãos, devolvidos aos seus principais agentes e utilizadores.

Face a sistemas educativos que se confundem, cada vez mais, com supermercados do saber, as mulheres são as primeiras a defender a necessidade de uma aprendizagem que se faça a-partir-da-vida e para-a-vida.

E não se trata apenas da defesa de posições teóricas. Pela sua situação existencial de preservadoras e alimentadoras da vida, as mulheres realizam já muitas destas tarefas simultaneamente inovadoras e tradicionais. Ao mergulharem nas raízes, elas apontam para o futuro: o futuro de uma nova estruturação da vida em sociedade.

«A sociedade patriarcal tem alternativas viáveis»

P.H. — Sabemos que participou noutra tipo de

reuniões, como convidada. Mesmo sinteticamente, quer dizer-nos que intervenções teve?

M.L.P. — Como sabe, não fiz parte da delegação portuguesa à Conferência de Copenhague. Fui, sim, convidada directamente pelo Secretariado das Nações Unidas para participar em trabalhos preparatórios, todos eles do maior interesse.

O primeiro desses trabalhos foi uma mesa redonda, em Nova York, sobre o tema «as mulheres e o desenvolvimento». Participaram apenas 12 peritos, de vários países, entre os quais a ministra da Cultura da Dinamarca, a secretária de Estado do Plano do México, os economistas Paul Streeten, Samir Amin e o Prémio Nobel Sir Arthur Lewis, de Princeton.

Coube-me a presidência da reunião e pude assim ajudar a criar um consenso em relação às coordenadas para novas estratégias internacionais do desenvolvimento, decorrentes da análise da situação das mulheres. O documento final da reunião deverá ser debatido na sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU que se inicia ainda este mês em Nova York.

De regresso à Europa, tomei, como milhares de outras mulheres, o caminho da Escandinávia. A primeira paragem foi em Oslo, onde fiz a apresentação da temática do seminário sobre «a criatividade das mulheres e a transformação das sociedades», reunido sob a égide do Instituto das Nações Unidas para a Formação e Investigação (UNITAR).

A segunda, foi em Copenhague onde, no encontro internacional de cerca de 200 jornalistas, que precedeu a conferência, me coube a introdução de um dos temas fundamentais da Década: «o desenvolvimento e o seu impacto sobre as mulheres».

Fui, ainda, convidada a integrar uma das mesas do Forum, que decorreu paralelamente à conferência oficial. O tema que tratei foi, neste caso, a «igualdade».

Em todas estas reuniões tive ocasião de encontrar pessoas extraordinárias, cujo curriculum de realizações e cujo empenhamento na transformação da sociedade, me fazem crer que a sociedade «patriarcal» e conservadora em que vivemos tem hoje alternativas viáveis.

P.H. — Falta, ainda, mencionar a conferência recentemente realizada em Portugal, patrocinada pela NATO, em que sabe-nos também participou.

M.L.P. — Exactamente. A conferência sobre «as mulheres e o mundo do trabalho», organizada pelo Comité das questões científicas da NATO, foi outro momento alto desse mês de reflexão quase ininterrupta sobre a situação das mulheres.

Estiveram presentes numerosas investigadoras dos países da NATO, tendo cada uma apresentado um documento de trabalho original sobre um dos temas tratados.

Mais uma vez me coube, também neste forum, propor, à partida, as balizas da reflexão da semana.

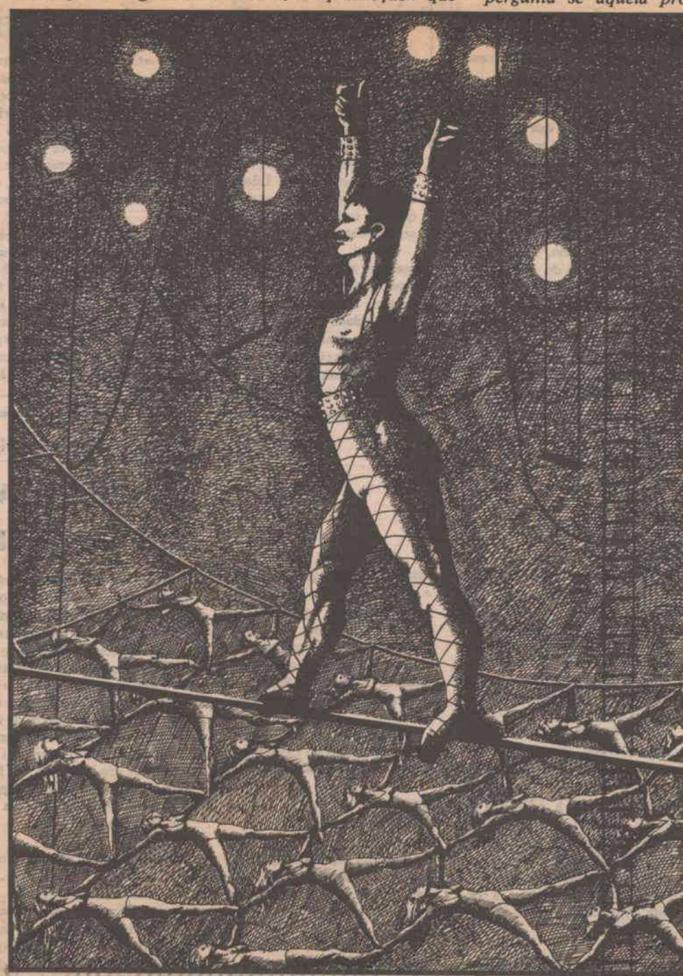
P.H. — Qual a sua impressão desta última?

M.L.P. — Excelente. A reacção foi espantosa: em vez de me confrontar com os comentários académicos que esperava, deparei com um grupo de mulheres profundamente convencidas de que no movimento social das mulheres está uma das forças políticas mais importantes do nosso tempo.

Gostaria é que também no nosso País essa convicção fosse uma realidade.

Só libertas das múltiplas tutelas a que estão sujeitas, as mulheres se podem reconhecer como portadoras de qualquer coisa de novo e de revitalizador para o conjunto da sociedade.

H.M.



- Acredito na grande capacidade que as mulheres têm de, uma vez despertas, inverterem a marcha das coisas, introduzirem um novo rumo nos acontecimentos.
- Para quê inventar mais empregos para ocupar as pessoas, quando há tarefas fundamentais na sociedade que estão por realizar?
- A sociedade «patriarcal» e conservadora em que vivemos tem hoje alternativas viáveis.
- Só libertas das múltiplas tutelas a que estão sujeitas, as mulheres se podem reconhecer como portadoras de qualquer coisa de novo e de revitalizador para o conjunto da sociedade.

WORLD CONFERENCE OF THE UNITED NATIONS DECADE FOR WOMEN COPENHAGEN 14-30 JULY 1980

APARTMENTHEID

Illustration by Clive Offley